

# ANÁLISE DO DISCURSO DE D. PEDRO II NAS *FALAS DO TRONO* (1840-1869)

ANALYSIS OF THE DISCOURSE OF PETER II IN THE SPEECHES FROM THE THRONE (1840-1869)

Cristiane de Moraes da Silva<sup>1</sup>

SILVA, C. de M. da. Análise do discurso de D. Pedro II nas *Falas do Trono* (1840-1869). **Akrópolis**, Umuarama, v. 29, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2021.

**Doi:** <https://doi.org/10.25110/akropolis.v29i1.7000>

**RESUMO:** Objetiva-se, neste artigo, realizar uma análise discursiva das *Falas do Trono*, procurando identificar por meio da formação discursiva, de D. Pedro II, evidências do pensamento político e ideológico do sujeito. Assim, pretende-se identificar no discurso do imperador ocorrências que sinalizem a subjetividade de seus pensamentos ou de um grupo social, verificando se suas ideias tendem a serem conservadoras ou liberais, bem como avaliar a cenografia e sua influência na construção do ethos. O estudo que ora se apresenta tem como fundamentação teórica a Análise de Discurso, segundo a linha francesa, com base, nos postulados de Orlandi (2001), Brandão (2004), Maingueneau (2005) e Amossy (2005). O resultado dessa análise torna-se bastante relevante para entendermos como a cenografia contribuiu para legitimar um enunciado, configurando-se como um elemento ativo e essencial no processo de construção da imagem de D. Pedro II no discurso, bem como para entender o pensamento político-ideológico do referido contexto histórico. A pesquisa revelou nas *Falas do Trono*, a recorrência à argumentos que o Brasil só seria próspero se apoiasse o sistema monárquico e se a moderação imperasse na resolução de conflitos políticos. Desse modo, D. Pedro II, explorou a sua imagem como imperador-cidadão, como sinônimo de civilização, integridade territorial e estabilidade institucional, com capacidade de conciliar aspectos liberais quanto conservadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso; Cenografia; D. Pedro II; Ethos; Falas do Trono.

**ABSTRACT:** This article aims at carrying out a discursive analysis of the Speeches from the Throne, trying to identify through the discursive formation, from Peter II, evidence of the political and ideological thought of the individual. It intended to identify in the speech of the emperor if it reflects the subjectivity of his thoughts or of a social group, checking if his ideas tended to be conservative or liberal, as well as evaluating the scenography and its influence on the construction of the ethos. This study has the theoretical foundation on the Analysis of Discourse, according to the French theory, as postulated by Orlandi (2001), Brandão (2004), Maingueneau (2005), and Amossy (2005). The result of this analysis is quite relevant to understand how the scenography contributed to legitimizing a statement, becoming an active and essential element in the process of constructing the image of Peter II in the discourse, as

<sup>1</sup>Graduada em História pela UNIPAR.  
E-mail: cris.scaine@hotmail.com

well as to understanding the political-ideological thinking of the historical context. The research revealed in the Speeches from the Throne, the recurrence of arguments that Brazil would only be successful if it supported the monarchical system and that moderation prevailed in resolving political conflicts. In this way, Peter II explored his image as emperor-citizen as a synonym of civilization, territorial integrity, and institutional stability, with capacity to reconcile liberal and conservative aspects.

**KEYWORDS:** Discourse Analysis; Scenography; Peter II; Ethos; Speeches from the Throne.

## INTRODUÇÃO

As *Falas do Trono* é um discurso proferido pelos monarcas na abertura e encerramento das sessões legislativas. Um momento oportuno para colocar em pauta as prioridades e perspectivas, políticas, econômicas e sociais a serem discutidas na Câmara ou no Parlamento, para aquele ano.

Ao proclamar a independência do Brasil, D. Pedro I introduziu tal prática, e seu filho D. Pedro II deu continuidade. A fala era conduzida com notável pompa. De acordo com Roderick J. Barman (2012), para esta ocasião especial, o imperador vestia seu manto cerimonial com coroa e o cetro, e proferia a *Fala do Trono*, que relatava a condição do país e expunha o programa legislativo do governo para sessão vindoura.

Por tratar-se de um ritual rodeado de símbolos e tradições, Lilia Moritz Schwarcz (2001), propõe uma reflexão sobre a dimensão simbólica do poder político em como o Estado se organiza e utiliza de aparatos teatrais para representar e encenar o poder.

Sua “veste imperial”, feita de veludo verde com tarja bordada, semeado de estrelas de ouro, dragões e esferas, e forrado de cetim amarelo, lembra as cores e emblemas das casas de Habsburgo e Bragança. A espada imperial do Ipiranga, que havia pertencido a D. Pedro I e lembrava o momento da emancipação política. O cetro representava o prolongamento do braço do rei, a administração da justiça terrena. Feito de ouro maciço media 1 metro e 76 centímetros. No alto, dois olhos realizados com brilhantes destacavam-se na imagem da Serpe, símbolo dos Bragança que falava de sua força e coragem. A coroa significava o caráter sagrado e sobrenatural do poder de quem a ostentava (SCHWARCZ, 2001, p. 43-46).

Dessa forma, todo esse aparato o processo de preparo e execução do ritual da *Fala do Trono*, deixa ser simplesmente um mero capricho mas torna-se um lugar de materialização de um modelo de Estado e de nação, bem como revela a sua posição de poder, deixando implícito o pensamento político e ideológico do enunciador.

Maingueneau (2005), por meio das noções de cena de enunciação e *ethos* discursivo, defendeu a relevância dos sujeitos no momento da enunciação, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro, e os elementos e as situações que o levam a se envolver com o enunciado e legitimá-lo. Neste caso, a cena de enunciação refere-se ao ritual anuário, da *Fala do Trono* na abertura da Assembleia Geral, o enunciador é o próprio imperador D. Pedro II. Ele é o sujeito do discurso, o qual se dirige aos representantes da nação, deputados e senadores. O *ethos* discursivo, ou seja, a imagem que faz de si, é de imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Quanto à legalidade do ato, podemos perceber que não é algo imposto, pelo contrário, é previsto na constituição de 1824, demonstrando que há legitimidade na sua fala.

### Segundo Foucault,

O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder (FOUCAULT, *apud*, BRANDÃO, 2004, p.37).

Por conseguinte, D. Pedro II, como Chefe de Estado, tem sua autoridade reconhecida tanto por símbolos quanto pela lei, e cabe a ele reafirmá-la constantemente. Assim como descreve Bourdieu (1998, p. 14) “o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer (...) só se exerce se for reconhecido”.

Embora as *Falas do Trono* não tenham sido totalmente elaboradas pelo imperador, o fato é que D. Pedro II era tanto o locutor do discurso quanto o seu enunciador. Devido à relevância do ato, o mesmo tinha consciência da repercussão do que ali era dito ou não-dito, e o quanto a sua imagem poderia ser comprometida. Conforme Amossy (2005) “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”.

Ademais, nenhum discurso é neutro ou

transparente, pelo contrário, o discurso é afetado pela língua, pela história, pelo inconsciente e pela ideologia. Conforme Orlandi (2001) é por meio do discurso que se materializa a ideologia do sujeito.

Por conseguinte, o desafio proposto neste trabalho é analisar o discurso de D. Pedro II contido nas *Falas do Trono*, aplicando os conceitos da AD, para identificar e trazer à tona o pensamento político e ideológico do sujeito do discurso. Nesse sentido, cabem aqui algumas indagações pertinentes. Será que sua *fala* reflete a subjetividade de seus pensamentos, os valores, crenças de um momento histórico ou de um grupo social? Seria D. Pedro II mais inclinado as ideias conservadoras ou liberais?

O recorte temporal se justifica como um meio de compreender o pensamento político-ideológico de um grupo, denominado “Direção Saquarema”<sup>3</sup>, o qual teria um projeto de construção de Estado sustentado nos princípios de ordem e civilização. Outrossim, Carvalho (1980) afirma que a mentalidade no Brasil só mudaria significativamente a partir da década de 1870. A análise do referido contexto histórico e das condições de produção dos discursos possibilitará revelar a possibilidade de D. Pedro II ter sido influenciado, ou não, pela ideologia do círculo social o qual fazia parte.

Os embates políticos-ideológicos do referido período em análise (1840-1869), expuseram uma elite política temerosa quanto à fragmentação do país e a alteração do *status quo*. O que os levou a um acordo básico que Mercadante (1980), denominou de “estilo conciliador”, fruto de uma mentalidade conservadora brasileira, cujas raízes remontam a nossa própria formação histórica, condicionada, em parte, à colonização portuguesa. Por outro lado, revelou-se que os políticos do Império foram estudiosos do liberalismo<sup>4</sup> e das ideias políticas de seu tempo, sobretudo francesas, cujos princípios defendem a liberdade e a propriedade. No intuito de se aliarem com as ideias modernas dos europeus,

<sup>3</sup> “Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes ‘não públicos’ – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.” (MATTOS, 1987: 3-4).

<sup>4</sup> Os autores que tentaram definir o liberalismo alertaram, grosso modo, para a dificuldade de sua compreensão e para a multiplicidade de suas vertentes na economia, na política e nas formas jurídicas. Entretanto, as pesquisas revelaram que os estadistas brasileiros tinham contato com as ideias liberais tanto francesas quanto inglesas. Aliás, eram leitores de Benjamin Constant, Tocqueville, François Guizot, entre outros.

reproduziram muito desse conteúdo acrescido de alterações e novas incorporações, para aparentar-se ter uma cultura refinada e para embasar suas propostas de progresso material e moral, para a nação.

O resultado dessa análise se torna bastante relevante para entendermos como a cenografia contribuiu para legitimar um enunciado, tornando-se um elemento ativo e essencial no processo de construção da imagem de D. Pedro II no discurso, bem como para entender o pensamento político-ideológico do referido contexto histórico. A pesquisa revelou nas *Falas do Trono*, a recorrência à argumentos que o Brasil só seria próspero se apoiasse o sistema monárquico, respeitasse as leis e que a tolerância e a aquiescência imperassem nas relações sociais e na resolução de conflitos políticos. Desse modo, D. Pedro II explorou a sua imagem como imperador-cidadão, como sinônimo de civilização, integridade territorial e estabilidade institucional, com capacidade de conciliar aspectos liberais quanto conservadores.

## ANÁLISE DE DISCURSO E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS FALAS DO TRONO

Para analisar as *Falas do Trono*, aplicaremos a Análise de Discurso (AD) em sua vertente francesa. A escolha pela AD se justifica, pois como seu próprio nome indica, seu objeto de estudo não é a língua ou a gramática, mas o próprio discurso. Para a AD, a noção de discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, mas também do efeito de sentidos entre locutores. Assim, descreve Orlandi, (2001, p. 21):

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos.

Ademais, como já destacado, nenhum discurso é neutro ou transparente, pelo contrário, o discurso é afetado pela língua, pela história, pelo inconsciente e pela ideologia. Conforme Orlandi (2001) é através do discurso que se materializa a ideologia do sujeito. Analogamente, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (PECHEUX, *apud*, Orlandi, 2001, p. 17).

Um dos conceitos abordados pela AD e que trará contribuições para atingir o objetivo proposto é a noção de sujeito. Entre tantas abordagens, é fundamental o contexto histórico em qual o sujeito está inserido, pois segundo Brandão (2004) o sujeito é essencialmente histórico.

Sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, a concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Partindo desse pressuposto, podemos supor que D. Pedro II, sendo um sujeito histórico que nasceu em 1825 e morreu em 1891, foi afetado pela mentalidade do século XIX<sup>5</sup>. Será que sua fala reflete os valores, as crenças de um momento histórico ou de um grupo social? Além disso, cabe aqui a reflexão: até que ponto o imperador foi influenciado pelos seus tutores, amigos, ministros e conselheiros do Estado? Será que é possível visualizar vestígios do modo de pensar, daqueles que lhe cercavam, em seus discursos? Em sua trajetória educacional, e na sua busca por conhecimento dos livros que leu, e das trocas de cartas com intelectuais, o quanto ele absorveu e moldou seu pensamento político e ideológico?

Outro conceito discutido pela AD é a noção de ideologia. Embora, o conceito de ideologia seja polissêmico, para melhor delimitar e atender nosso objetivo, pode se dizer que:

A ideologia organiza-se como um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar/ o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 2006, p. 108).

É uma forma genérica de definir o termo que serve de parâmetro para a conduta individual

<sup>5</sup> RÉMOND, René. O século XIX- 1815-1915. Trad. Frederico Pessoa de Barros. Digitalização: Argo. Período rotulado pelo historiador René Rémond de "século das revoluções", devido aos movimentos liberais (liberalismo), as revoluções democráticas, o movimento operário e o movimento das nacionalidades.

ou coletiva. Toda ideologia implica, portanto, uma interpretação da realidade a partir de uma posição social específica, com o intuito de justificar as decisões que são tomadas a partir de lá. Eis aqui nosso ponto-chave ao analisar as *Falas do Trono*. Pretende-se saber o seguinte: baseado em que valores e princípios, D. Pedro II se fundamentou para governar, elaborar de programas de governo e tomada de decisões?

Para inferir sobre o pensamento político e ideológico predominante de D. Pedro II, será preciso coletar vestígios em seus discursos que possam apresentar de forma implícita ou explícita, da sua formação ideológica<sup>6</sup>, se é liberal ou conservadora.

Ainda, se faz necessário compreendermos as condições de produção, para captarmos os efeitos de sentidos, os quais envolvem o contexto imediato e o contexto sócio-histórico, ideológico. Neste caso, o contexto imediato refere-se ao local na enunciação, a abertura da Assembleia Nacional. O imperador, D. Pedro II pronunciava o discurso conhecido como *Fala do Trono*, posicionado como Chefe de Estado, professava as problemáticas enfrentadas pelo país no ano anterior, suas glórias e expectativas para o ano que entrava e a visão do governo sobre os projetos da nação. Quanto ao contexto sócio-histórico e ideológico, diz respeito a tudo o que é dito ali, mas também em outros lugares, pondo em relação o dizer com sua exterioridade.

Pelo fato de o Brasil ter conquistado sua independência apenas em 1822, se fazia necessário pensar a construção do Estado Nacional. Segundo as análises de José Murilo de Carvalho (1980), a elite política existente à época da Independência, um grupo com características homogêneas ideológicas que possuía a mesma formação cultural e educacional, foi, em parte responsável pela construção do Estado brasileiro, e pelas importantes questões que marcaram a nossa história oitocentista, tais como: a adoção de uma monarquia representativa, de centralização política, da manutenção da unidade territorial e da estabilidade institucional. Embora houvesse conflitos entre os grupos dominantes, ambos inclinaram-se a um acordo básico.

<sup>6</sup> Segundo Brandão (2005), formação ideológica é conjunto de atitudes e representações que os falantes têm sobre si mesmos e sobre o interlocutor e o assunto em pauta; essas atitudes e representações estão relacionadas com a posição social de onde falam ou escrevem, com as relações de poder (muitas vezes contraditórias, conflituosas) que se estabelecem entre eles. É nesse sentido que podemos falar em uma formação ideológica liberal ou conservadora.



Haveria tendências mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou menos monárquicas, mas as divergências não iriam além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional, pelo controle civil do poder, pela democracia limitada dos homens livres. O acordo básico permitiria o processamento não-traumático não só de conflitos constitucionais relativos a organização do poder, mas também dos conflitos substantivos oriundos do choque de interesses materiais (CARVALHO, 1980, p. 39).

Esse trecho nos revela que a solução para os problemas emergentes daquele contexto histórico deveria ser pautada na moderação, ou seja, evitar os extremos. Caso contrário, poderia por em risco o *status quo*. Este acordo básico, Mercadante (1980), denominou de “estilo conciliador”, fruto de uma mentalidade conservadora brasileira, cujas raízes remontam a nossa própria formação histórica, condicionada, em parte, à colonização portuguesa.

A ideia conservadora é inseparável de todas as instituições, em todos os tempos e fases da civilização. É a primeira que surge no dia seguinte ao das revoluções para firmar-lhe as conquistas. Sem ela a sociedade giraria desnorteada, como no espaço os corpos privados do centro de gravitação. Nos domínios da razão e da consciência este instinto se traduz no desejo de conservar o bem que possuímos; de não abandonarmos irrefletidamente o certo pelo duvidoso; de não caminharmos para o desconhecimento senão à luz da experiência dos fatos sucessivos, das ideias encadeadas como nas ciências exatas [...]. O movimento é portanto, uma lei de sua conservação, como de todo criado, e o progresso não é senão o movimento, na ordem moral e intelectual (MERCADANTE *apud* SILVA, 1980, p. 244).

Esse conservadorismo das classes dominantes buscava evitar revoltas e mudanças radicais. Pretendia desenvolver o progresso material e intelectual, de forma gradual, através de reformas sempre que fossem necessárias. Esse foi um dos fatores que contribuiu para uma política conciliatória do segundo império. Outro elemento que contribuiu também foi à filosofia eclética, ou, simplesmente, ecletismo. Como o próprio nome

indica, procura conciliar várias correntes filosóficas, tendo como representante o filósofo francês Victor Cousin, membro dos doutrinários<sup>7</sup>, que influenciou boa parte da intelectualidade brasileira pela sua proposta de conciliar o antigo e o moderno. Segundo Paim,

A corrente eclética representa o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. Suas ideias penetraram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação. Não se trata de uma simples cópia do sistema cousiano, mas de uma livre interpretação dos vários elementos que o integram com o objetivo de adaptar à tradição e fundir num só bloco as diversas doutrinas incorporadas à nossa bagagem cultural, no período mais recente, sem maior aprofundamento (1967, p. 75).

Tanto Carvalho (1980), quanto Mercadante (1980) confirmam os argumentos de Paim (1967). Victor Cousin foi o autor de maior influência sobre a elite brasileira até 1870. O desafio seria ajustar essas ideias ecléticas, vindas da França, a um país formado por um governo constitucional, por uma constituição liberal e que deveria coexistir com oligarquias rurais e com o trabalho escravo.

Ademais, Mignozzetti (2009) quanto Velez (2012) nos informa que nós, ibero-americanos, entramos ao mundo das ideias liberais pela mão dos pensadores franceses. A repercussão das ideias dos doutrinários no Brasil, com destaque para Benjamim Constant, Francois Guizot e Alexis de Tocqueville, contribuiu para a formação de um ideário liberal-conservador brasileiro, bem como a aplicabilidade de suas ideias auxiliaria na resolução dos problemas políticos, econômicos e sociais, do Brasil da época. Eis aqui a justificativa encontrada pela preferência do pensamento francês ao anglo-saxão.

A França, foi em tempos modernos, a primeira das nações latinas que, pela sua estrondosa revolução, inaugurou os

<sup>7</sup> Segundo Ricardo Vélez Rodrigues (2012), o termo doutrinários, refere-se a um grupo de pensadores liberais franceses (Royer-Collard, Benjamim Constant, Francois Guizot, Alexis de Tocqueville, Victor Cousin, entre outros), homens de ação moderados, que buscavam alternativas para superar o ambiente de radicalismo revolucionário e autoritarismo, na França, cujas ideias inspiraram os estadistas do segundo reinando, pelas semelhanças históricas entre Brasil e França.

sistema constitucional. Não o conquistou pouco a pouco como a Inglaterra. Não o firmou com lutas seculares em precedentes, recordações e tradições históricas. Destruiu todo o antigo edifício (o que também fizemos); varreu e limpou o terreno, edificou sobre ele outro inteiramente novo, simples, sistemático, reguladas todas as suas proporções pelas teorias liberais e filosóficas do tempo. (URUGUAI, *apud*, MIGNOZZETTI, 2009, p. 95).

Assim como a Revolução Francesa fez ruir o Antigo Regime devido ao radicalismo do ideal recubricano, provocando mudanças traumáticas cujos desdobramentos assombraram o mundo, a maior parte dos pensadores liberais franceses chegou à conclusão que seria mais adequado implantar um modelo de governo que mantivesse a ordem e fosse responsável.

Portanto, a ordem liberal civil acolheu aquilo que Benjamim Constant, o maior dos teóricos liberais do início do século XIX, apelidou “*le just milieu*”: um centro político, a meio caminho entre o velho absolutismo e a nova democracia. O liberalismo tornou-se a doutrina da monarquia limitada e de um governo popular igualmente limitado, já que o sufrágio e a representação eram restritos a cidadãos prósperos (MERQUIOR, 2014, p. 42).

Da mesma forma, aqui no Brasil, a instabilidade decorrente da Independência, da abdicação de D. Pedro I e das revoltas regenciais, comprometeu a ordem, a unidade territorial e o progresso. Com o intuito de evitar uma anarquia, os estadistas brasileiros, acharam por bem aplicar (com algumas restrições) o modelo de governo francês (inspirados nos pensadores liberais acima citados), pautado em uma centralização política e administrativa, até encontrar um “*le just milieu*”, ou seja, uma mediada entre o absolutismo e a soberania popular.

## ANÁLISE DE ALGUNS TRECHOS DAS FALAS DO TRONO

As *Falas do Trono*, geralmente, eram elaboradas pelo presidente do Conselho de Ministros, entretanto era o imperador que lia o discurso, comprometendo a si mesmo e ao regime.

Por isso, na posição de Chefe de Estado, antes da abertura das câmaras, D. Pedro II examinava minuciosamente as *Falas do Trono* nos despachos, juntamente com os ministros.

Tanto Calmom (1938) quanto Barmam (2012) confirmam que o imperador cobrava o presidente do Conselho de Ministros que enviasse a minuta da *Fala do Trono* a tempo de corrigir e obter sua aprovação. E que, muitas vezes, D. Pedro II discutia e discordava de algo que não lhe agradasse ou ao ocultarem alguma informação importante que deveria vir à tona.

O arranjo institucional brasileiro configurou-se um modelo próximo à monarquia parlamentarista, assentado em um esquema bipartidário formado pelos Partidos Conservador e Liberal (até 1869). Os partidos do Império eram partidos de quadros, nunca foram nem pretenderam ser partidos de massas. Igualmente, nunca tiveram programas muito definidos ou definitivos. Eram grupos políticos que variavam de posicionamento conforme a postura do opositor e conforme a posição de situação ou oposição que ocupavam. Segundo Carvalho (1980) os liberais defendiam maior autonomia provincial, a separação da polícia e justiça, e as reduções do poder moderador. Por outro lado, os conservadores eram a favor do fortalecimento do poder central, do controle da magistratura e polícia e pelo fortalecimento do poder moderador.

Ante a falta de um sistema eleitoral honesto e de um eleitorado capaz de se decidir claramente entre as opções políticas, era o imperador quem chamava ao poder, liberais ou conservadores. Conforme fossem seus planos de governo, D. Pedro II promovia alternância. De acordo com a Constituição<sup>8</sup>, o imperador acumulava dois poderes: o Executivo e o Poder Moderador. Investido de tais poderes, cabia exclusivamente ao monarca nomear os ministros de Estado, inclusive o Presidente do Conselho, escolhendo-o entre aquelas pessoas que considerasse capazes para o cargo.

Durante os 49 anos em que D. Pedro II esteve no poder (1849-1889), foram frequentes as trocas de gabinetes, num total de 37 gabinetes, constatando-se permanência média no poder de pouco mais de um ano para cada uma das formações governamentais. O período em estudo (1840-1969) houve 23 permutações. O motivo dessa instabilidade era a falta de interação entre o Executivo e o Legislativo. A sustentação dos gabinetes, durante todo o período, dependia tanto

<sup>8</sup> Ver artigo 101 da Constituição do Império (Brasil 1824).

da aquiescência da Coroa quanto da capacidade dos titulares do Executivo de assegurarem maiorias na Câmara dos Deputados.

Com base nessas informações, podemos concluir que para o imperador quanto para o legislativo, as *Falas do Trono* eram de suma importância, pois segundo Orlandi, (2001, p. 75-76)

A autoria tem uma função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume.[...] assumindo responsabilidade pelo que diz, como diz, etc.

Ou seja, por mais que as *Falas do Trono* não sido totalmente elaboradas pelo imperador, e em partes ter sido fruto dos programas de governo, isto é, dos gabinetes, sejam eles de tendência conservadora ou liberal, o fato é que D. Pedro II era tanto o locutor do discurso quanto o seu enunciador. Devido à relevância do ato, tinha consciência da repercussão do que ali era dito ou não-dito, e o quanto a sua imagem poderia ser comprometida. Conforme Amossy,

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si (AMOSSY, 2013, p. 9).

Em cada abertura de sessão, D. Pedro II se apresentava como monarca constitucional. Isto significava que exercia um cargo com poderes limitados, que respeitava a constituição, que garantia uma margem considerável de liberdade civil, política e de imprensa, bem como a defesa de um sistema representativo, com eleições regulares. Tais prerrogativas o associavam a um liberal<sup>9</sup>, o que para a época era um elogio, pois o mantinha em pé de igualdade com as tendências políticas europeias, bem como afastava de si a imagem de

<sup>9</sup> Segundo Merquior (2014, p.42), o liberalismo tornou-se a doutrina da monarquia limitada, pois a mesma nasceu como um protesto contra aos abusos do poder estatal, por isso procurou instituir tanto uma limitação da autoridade quanto uma divisão da autoridade.

rei absolutista tão abominável e retrógrada para a maioria. Eis a confirmação em umas de suas falas em 01 de janeiro de 1850:

Augustos e dignísimos senhores representantes da nação, as instituições monarchico-representativas, consagrando a intervenção do paiz na deliberação de seus grandes interesses; garantindo os diretos e liberdade dos cidadãos; protegendo o desenvolvimento da industria e commercio, são o mais seguro penhor da prosperidade nacional: esforcemo-nos pois por mante las illesas. A harmonia entre os poderes politicos do Estado é o meio mais eficaz de conseguirmos esse fim; e dará ao paiz o exemplo da união e concordia, sem as quaes não poderá elle alcançar a força e grandeza a que o tem destinado a Providencia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p. 440).

Ademais, se colocava na posição de defensor perpétuo do Brasil. Ou seja, D. Pedro II assumia um papel de patrono e de tutor, o qual pretendia zelar pelo bem público, pela estabilidade, pela ordem, pela justiça, bem como promover o progresso material e intelectual da nação. É o que fica evidente em algumas de suas falas:

Eu não pouparei esforços, e me sinto sustentado pela consciência de minhas sinceras intenções. Será meu constante cuidado manter a paz, a honra, e a dignidade da nação. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p.323<sup>10</sup>).

As provas, que tenho recebido do vosso amor, e adhesão ao throno constitucional, e vosso reconhecido zelo pelo bem da nação, me fazem esperar, que habilitareis o meu governo com os meios necessarios para a consolidação da ordem, afim de que o Imperio chegue ao gráo de prosperidade, e grandeza, a que eu desejo eleva-lo. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p. 344<sup>11</sup>).

Foi possível identificar no período que vai de 1841 a 1869, que a expressão **o meu governo** aparece vinte e uma (21) vezes. É muito comum

<sup>10</sup> Falas do Trono, 15 setembro de 1840.

<sup>11</sup> Falas do Trono, 03 maio de 1841.

D. Pedro II usar pronomes possessivos e verbos conjugados na primeira pessoa do singular. A partir de 1860 a linguagem é mais formal e indireta. Ao invés de “o meu governo”, agora aparece “o governo” ou ao governo. Também é notável e instigante a quantidade de referências feita às expressões: grandeza, prosperidade, glória, engrandecimento, melhoramento, civilização. Perfazendo um total de 43 vezes. A partir desses dados, podemos verificar que D. Pedro II tinha um objetivo a alcançar, um projeto de governo a implantar: transformar o Brasil em uma França.

Seus principais conselheiros nunca foram seres humanos, mas sim a página impressa, sobretudo as monografias e as resenhas em francês, que para ele ilustravam a “civilização” vislumbrada para o Brasil. Sua visão para o país – e ações que ele privilegiava para concretizá-la – refletia os ideais e o modo de pensar que ele absorvera cedo na vida. O que ele entendia como meta mais adequada para o Brasil era a de tentar equiparar-se a Europa contemporânea em cultura e política (BARMAN, 2012, p. 10).

De acordo com Calmon (1938) o imperador, desde menino, inclinou-se para a cultura francesa. Deve-se a isso a influência exercida de seus preceptores, como: Felix Taunay, Candido José de Araújo Viana e Frei Pedro. O autor afirma que D. Pedro II tinha uma predileção: a francofilia. Tendo a França como modelo, desejava lançar o Brasil aos benefícios do progresso. Planejava-se construir ferrovias, telégrafos elétricos, estradas e “com particular solicitude no empenho de promover a colonização, da qual tão essencialmente depende o futuro do país.”<sup>12</sup>

No início da década de 1850, o Brasil vivia um período de tranquilidade e prosperidade. De acordo com as opiniões nacionais e internacionais isso devia a dois fatores: “sua governança como monarquia e a personalidade de D. Pedro II.” (BARMAN, 2012, p. 236). Ainda, segundo Barman (2012), no final da década de 1840, D. Pedro II havia encontrado sua missão na vida. O conhecimento que conquistara e continuava adquirindo ele aplicaria para o benefício e o progresso de seu país. Ele se tornaria o agente da disseminação da

“civilização” (cultura europeia) no Brasil. “Seria seu cidadão modelo” (BARMAN, 2012, p. 43).

É nessa afirmação de D. Pedro II, de pretender ser um cidadão modelo para os brasileiros, que começa a construção de sua imagem (ethos), a qual se reflete no discurso. De acordo com Amossy (2005), o discurso é um campo de manipulação consciente, onde o falante usa estratégias argumentativas com o objetivo de convencer seus ouvintes. Ao longo dos séculos, os estudos sobre a retórica foram se aperfeiçoando, tendo como um dos seus principais colaboradores Aristóteles que, através do seu estudo sobre a retórica, organizou três aspectos importantes para a persuasão no discurso. Esses aspectos seriam as disposições que o enunciador cria nos seus interlocutores e o seu próprio discurso e valores, demonstrando o seu caráter moral e adquirindo a confiança das demais pessoas presentes nesta interação. Portanto, para que o enunciador consiga persuadir seu auditório, ele deverá utilizar as três características produzidas através do discurso como meios persuasivos: o logos, o ethos e o pathos.

O *logos* (argumento) seria o próprio discurso, as propostas e os argumentos apresentados pelo enunciador em cada tema discutido. Já o *ethos* (imagem) seria a imagem que o orador construiria de si mesmo no discurso e não corresponderia, portanto, necessariamente, à identidade dele, mas a uma imagem criada e mostrada no momento da enunciação para persuadir o auditório. E o *pathos* (paixão), voltado para o sentimento, em que o enunciador tenta conquistar o público mediante a demonstração de proximidade e preocupação com os desejos dos mesmos. É perceptível essa estratégia na fala de D. Pedro II abaixo.

Augustos e dignísimos senhores representantes da nação, o vossa lealdade e patriotismo asseguram-me que, voltando para vossas províncias, fareis sentir a todos os meus subditos que as duas primeiras necessidades dos povos são a ordem e a justiça; e que ellas se obtêm pelo respeito ás autoridades, pela obediencia á constituição e ás leis, e por um espirito illustrado de moderação e de concordia, consolidando-se assim a tranquillidade de que felizmente goza o Paiz. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p. 401<sup>13</sup>).

<sup>12</sup> *Falás do Trono*, 03 maio de 1855, p.492. É recorrente a menção a projetos de incentivo a imigração, a colonização, introdução de braços livres e úteis. Durante o período de 1840 a 1869, foi citado em seus discursos 21 vezes, o que deixa evidente o grau de relevância.

<sup>13</sup> *Falás do Trono*, 14 Setembro 1845.



Quando se analisa o conjunto das *Falas do Trono*, é recorrente o argumento (*logos*) que o Brasil só seria próspero se apoiasse o sistema monárquico, respeitasse as leis e que a tolerância e a aquiescência imperassem nas relações sociais e na resolução de conflitos políticos. Desse modo, D. Pedro II, explorou a sua imagem (*ethos*), como garantia e sinônimo de civilização, estabilidade, a manutenção da lei e da ordem no Brasil. Para convencer seus ouvintes, sempre fazia apelo aos sentimentos (*pathos*) dos legisladores, nomeando-os de leais e patriotas<sup>14</sup>. Ou seja, ambos eram representantes da nação, tinham algo em comum: zelar pelas instituições e manter o *status quo*.

De acordo com Barman (2012), D. Pedro II influenciava as estruturas políticas e sociais ao mesmo tempo que por elas era influenciado. Ou seja, os interesses em comum entre o imperador e a elite brasileira os mantinham unidos, pois segundo Coutinho (2014, p. 33), “todos nós somos conservadores sempre que uma ameaça ronda nossas instituições e os nossos valores”.

Um homem de disposição conservadora tenderá a valorizar os confortos do presente, pois são reais, E a possibilidade de os perder em situações de mudanças violentas ou repentina os faz repelir (COUTINHO, 2014, p. 22).

Existem conservadorismos, no plural, conforme afirma Coutinho (2014), e todo aquele que prefere manter, conservar aquilo que julga essencial e que já o tem, do que se aventurar em um futuro incerto ou utópico, é um conservador. Tal afirmação vem de encontro com o que Mercadante (1980), discorreu sobre o predomínio de uma mentalidade conservadora, no Brasil. Sendo assim, devemos nos perguntar: O que poderia ameaçar o *status quo*? O que a elite brasileira mais temia?

A elite brasileira temia a fragmentação do país quanto à alteração da ordem social, visto que os países vizinhos da América do Sul, na teoria, se diziam ser uma República, mas na prática eram governados por caudilhos tirânicos. Por esses motivos, o republicanismo e o federalismo eram ambos associados à anarquia. Não é por acaso que no contexto da *Fala* de encerramento da Assembleia Geral já citada, ocorria em Setembro de 1845, revela o contentamento do imperador

em relação ao fim da Revolução Farroupilha e a pacificação em todo o território brasileiro.

Para dar sustentação ao mesmo argumento, segue outra *Fala* do imperador, proferida em 01 de Janeiro de 1850.

Possuido do mais vivo prazer viera eu abrir a primeira sessão da oitava legislatura, e não me fosse tão penoso ter de anunciar os desgraçados acontecimentos que ocorreram recentemente na provincia de Pernambuco. Homens dominados por paixões violentas perturbaram a tranquillidade e a Ordem publica, e tentaram alterar as instituições do Brasil. Comprazo-me porém de communicar-vos que essa criminosa empreza foi reprimida pela coragem e firmeza da guarda nacional, do exercito, da marinha e pela patriótica coadjuvação da grande maioria dos Pernambucanos. O meu governo continúa a empregar meios energicos para extinguir este germen revolucionario. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p. 439-440).

Nesta *Fala*, fica evidente a fúria de D. Pedro II quanto a Revolução Praieira (1848-1851), em Pernambuco, inspiradas pelas Revoluções Liberais na Europa, de 1848, as quais subjugarão monarquias e implantaram Repúblicas. Ainda emprega adjetivos fortes para designar o ato como: “acontecimentos desgraçados”, “empresa criminosa”, os quais tentaram alterar a ordem das coisas. A apreensão era tamanha que o mesmo ocorresse aqui, que as expressões estabilidade, ordem, consolidação das instituições e respeito à constituição, eram recorrentes, perfazendo um total de 48 vezes, pronunciadas no período que vai de 1841 a 1869.

De acordo com Coutinho (2014), uma ferramenta importante à disposição do conservadorismo político são as reformas, pois, ajudam a “preservar e melhorar o que se encontra em risco” (2014, p. 72). Por isso, as mudanças devem ocorrer de forma progressiva, acompanhadas passo a passo, e não de forma precipitada, pela implosão das paixões revolucionárias e destrutivas. Assim, sucedeu o imperador D. Pedro II, avesso ao radicalismo político, procurou fazer reformas que viessem ao encontro de seu ideal de civilizar o Brasil, mas a concretização seria à doses homeopáticas. Como por exemplo, a questão delicada da escravidão.

<sup>14</sup> Não por acaso a expressão patriotismo ou patriota, aparece em torno de 21 vezes, no período estudado.

*Fala* da abertura da assembleia geral de 22 de maio de 1867:

O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação. Promover a colonização deve ser objeto de vossa particular solicitude (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p. 374).

Entre tantas preocupações e obstáculos a vencer para elevar o Brasil a equiparar-se ao modelo europeu de civilização e progresso, faltava resolver uma questão: a emancipação do “elemento servil”. Conforme Calmon (1980), o lema de D. Pedro II era: paz, civilização e liberalismo. Entretanto, como alcançar este ideal se era chefe de um país escravocrata? Isso manchava a imagem dele quanto a do Brasil. Ainda segundo o mesmo autor, quando o imperador se decidia por alguma coisa, “ia devagar e inevitavelmente”. Para não causar um desagravo nacional e maiores dissensões partidárias, o monarca começou a suscitar pensamentos, desde a primeira *Fala* em 1840, sobre a relevância da imigração e de braços livres para atingir o desenvolvimento moral e material.

A partir de 1850, aprovou-se a Lei Eusébio de Queiroz, impondo fim ao tráfico negreiro. Em sua *Fala* de 13 de setembro de 1851, fica bem clara sua determinação: “O meu governo continua, e continuará a empregar meios energicos até conseguir a completa extinção do trafico”<sup>15</sup>. Por volta de 1864, o monarca obstinado voltou a discutir a questão do “elemento servil”, com o gabinete, pois, repercutiu a abolição da escravatura norte-americana, efetuada por Abraham Lincoln no ano anterior. Prevendo uma crise iminente, o imperador decidiu agir e solicitou a alguns ministros a elaboração de medidas que seriam apresentadas ao Legislativo. Em especial, recorreu à ajuda de José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, um amigo de longa data, jurista, senador e ex-ministro, o qual rascunhou um conjunto de cinco projetos de lei que levariam ao fim da escravidão até o final de 1899. Após a submissão dos projetos ao imperador, o mesmo aprovou, pois “as visões

do autor sobre o assunto, coincidiam com as de D. Pedro II” (BARMAN, 2012, p. 300). Após muitas discussões, foi sancionada a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, a qual considerava livres os filhos de escravos, nascidos a partir desta data.

É perceptível, no decorrer da história a forma que D. Pedro II encontrou para solucionar o conflito sobre o “elemento servil”. De forma lenta, gradual, sem provocar abalos na economia e revolta nacional, mas usando da persuasão, da persistência, das sutilezas nas palavras, os convencendo pouco a pouco de que a introdução de braços livres, ou seja, imigrantes, contribuiria mais para a prosperidade da nação do que manter o sistema escravocrata.

Espera-se de um estadista certas virtudes, como humildade e prudência, o oposto dos revolucionários. [...] e uma dose de ceticismo conservador, para fazer distinção entre o que vai acontecer e o que pode acontecer na ação política. [...] Atuar politicamente será sempre atuar escolhendo a via media entre os extremos (COUTINHO, 2014, p. 38-39).

Com certeza o imperador possuía muitas virtudes. Era autodidata, polímata, políglota, gentil, prudente e paciente. A diversidade de seus interesses despertava admiração geral. Mas, acima de tudo, D. Pedro II evitava os extremos e prezava pela moderação. Em suas *Falas do Trono*, os termos moderação, tolerância, harmonia e concórdia, são citados em torno de vinte e duas vezes. Não por acaso, em 1853, criou o Ministério da Conciliação, o qual denominou de “o meu programa” (BARMAN, 2012, p. 238). O objetivo era colocar um fim a partidos e políticos partidários, colocando em evidência o bem público e não a vantagem partidária. Assim, buscava-se a imparcialidade, o compromisso com o todo. É o que fica evidente em suas *Falas*, abaixo.

Augustos e dignissimos senhores representantes da nação, recolhendo-vos às vossas províncias, conto como sempre, com o auxilio de vossa lealdade e patriotismo para que o meu governo possa continuar a esforçar-se com proveito pela realização do meu incessante pensamento - o de firmar sobre as bases de uma politica de moderação, e concórdia a ventura de meus amados subditos e a prosperidade

<sup>15</sup> *Falas do Trono*, pg.461.

do Imperio (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p. 481<sup>16</sup>).

Vossa reunião, sempre esperançosa, muito mais ainda promete, em vista da geral tendencia dos espiritos para a concórdia e moderação, a qual tornará mais efficaz o vosso empenho em promover a felicidade do paiz. A tranquillidade, que reina em todo o Imperio, é um dos resultados da politica, que tem feito calar nos animos dos Brasileiros a convicção de que á sombra de nossas instituições, fielmente observadas, adiantar-nas-hemos com segurança e gloria na carreira do progresso e da civilização (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1889 p. 513<sup>17</sup>).

Essa ênfase dada pelo imperador aos termos moderação e concórdia revela um princípio indispensável para se governar e para atingir suas metas. Do ponto de vista de D. Pedro II, a classe governante brasileira estava dividida e só buscava seus próprios interesses. O que impedia a prosperidade da nação. Sendo assim, a solução plausível seria que fossem mais flexível, que cada um cedesse um pouco até encontrar um meio termo ou pontos em comum em ambos os lados para que tudo pudesse fluir melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar o discurso do imperador D. Pedro II, nas *Falas do Trono* (1840-1869), assim como compreender o pensamento político e ideológico do contexto histórico. A pesquisa revelou que o pensamento liberal (tanto francês quanto inglês) era conhecido dos estadistas e até mesmo dos membros do partido conservador, mas a sua aplicabilidade foi feita com restrições. Até 1850, a grande maioria dos membros da elite que participava do governo foi educada em Coimbra, uma universidade que tinha uma orientação iluminista e com um caráter reformista, mas profundamente conservador. Desse modo, constatou-se que o sujeito do discurso, D. Pedro II, não estava livre das coerções sociais, pelo contrário, absorveu ao longo de sua vida vários discursos e ideologias, principalmente dos membros do seu seletivo grupo

social.

É uma ilusão achar que os discursos do imperador refletiram sua subjetividade. Na verdade, sofreram coerções sociais por todos os lados. De acordo com Fiorin (1998, p. 35), “o homem aprende a ver o mundo pelos discursos que ele assimila e, na maioria das vezes, reproduz esses discursos em sua fala”. As *Falas do Trono* refletem isso. As mesmas revelaram certo padrão nos discursos e ênfase em alguns temas, como: estabilidade, ordem, manutenção das leis, patriotismo, imigração, colonização, engrandecimento da nação e moderação.

Certamente, a educação que recebeu de seus mestres, como: Frei Pedro de Santa Mariana, a ama Mariana, Felix Taunay, Araújo Viana; assim como o contato mais próximo com alguns estadistas: Visconde de Uruguai, Visconde São Vicente e Visconde do Bom Retiro, moldaram sua forma de pensar. Ademais, as trocas de cartas com vários intelectuais, entre eles: Gobineau, Agassiz, Adolphe Franck, Ernest Renan, Darwin, Lamartine, Garret, Alexandre Herculano, também o instigou a olhar para a realidade brasileira de forma holística. Igualmente, os autores que leu, tais como: Platão, Camões, Vergílio, Dante Alighieri, Homero, Walter Scott, Victor Hugo, Longfellow, Guizot, entre outros, contribuíram para ampliar seu conhecimento e para encontrar a melhor forma de como governar.

Com base nos fatos históricos e nas ações do monarca, de acordo com os postulados proposto por Coutinho (2014), poderíamos equiparar o imperador a um estadista conservador. Segundo Nabuco, D. Pedro II usava o controle que tinha sobre as coisas para o propósito de “conservar e melhorar” a sociedade, não reformulá-la (BARMAN, 2012, p. 246). Ademais, soma-se a isso, o fato do historiador brasilianista Barman (2012), traz à tona revelações singulares sobre a personalidade do monarca. E, uma das características mais enfatizadas pelo autor e atribuída a D. Pedro II o perfil de *conservador inato*, desconfiado de tudo e de todos; avesso a mudanças. Sequelas de uma infância traumática.

Alguns de seu atos e falas confirmam esse seu lado mais conservador, como: a sua desconfiança em relação aos centros autônomos de poder, sua resistência em renunciar seu controle sobre as coisas, sua rigorosa vigilância sobre os ministros e sua inflexibilidade a qualquer mudança na constituição. A inclinação do imperador ao conservadorismo convergiu com as ideias da

<sup>16</sup> Falas do Trono, 25 Setembro de 1853.

<sup>17</sup> Falas do Trono, 03 Maio de 1857.

“Direção Saquarema” e com a mentalidade conservadora da elite política imperial em manter o *status quo*. Calmon (1980) comenta que o imperador tornara-se insensivelmente um grande censor, mestre-escola do império, inspetor do ensino, o policiador da moral, da justiça e senado. No final de sua vida, D. Pedro II comentou: “sempre fui contrário ao sufrágio universal e favorável ao voto de quem mostre saber ler e escrever mormente pelo efeito produzido sobre a instrução primária”<sup>18</sup>.

Entretanto, se analisarmos o imperador sob outra perspectiva, de acordo com as ideias do liberalismo clássico, “caracterizado como um corpo de formulações teóricas que defende um Estado constitucional e uma ampla margem de liberdade civil” (MERQUIOR, 2014, p. 62), poderíamos considerá-lo um liberal, visto que: defendia a constituição<sup>19</sup> e um sistema representativo, garantindo eleições regulares; revelou preocupação com o aperfeiçoamento das leis que garantisse a segurança individual e a propriedade<sup>20</sup>, com os direitos e liberdade dos cidadãos; estimulou o desenvolvimento da indústria<sup>21</sup> e comércio<sup>22</sup>, já que queria lançar o Brasil aos benefícios do progresso, por isso o apelo à construção de ferrovias, telégrafos, estradas, etc; assegurou liberdade religiosa aqueles que professavam religiões diferentes<sup>23</sup>, bem como estabeleceu a regularização do casamento civil<sup>24</sup> dos imigrantes, retirando das mãos da igreja católica o monopólio; incentivou a literatura, as artes, a ciência, concedeu ampla liberdade à imprensa, reformou e organizou a instrução pública do Império<sup>25</sup>.

Ainda poderíamos considerar uma terceira via de compreensão do pensamento político e ideológico do imperador, o de ser um liberal-conservador. Ou seja, a capacidade que tinha de conciliar aspectos de ambas as esferas. Sua forma de governar ia além da bipolaridade partidária. Gostava de olhar alternadamente entre clarões e trevas, sem que lhe ofuscasse as vistas. Daí sua singularidade. O próprio imperador D. Pedro II afirmou que não pertencia a nenhum partido

político para que todos apoiassem as instituições. Elaborava ou apoiava projetos, de acordo com as exigências das circunstâncias. O monarca D. Pedro II entendia que a realidade era mais complexa e mais diversa do que as ideologias partidárias pretensiosamente acreditavam ser. Foi essa maleabilidade de abraçar determinados valores distintos, nem sempre compatíveis entre si, ao longo da história, que garantiu ao imperador desfrutar de 49 anos de governo.

Dessa maneira, o imperador recorreu a argumentos (logos) que o Brasil só prosperaria se apoiasse as instituições monárquicas e se a moderação e a conciliação substituíssem as divergências partidárias (pathos). Por conseguinte, sua imagem (ethos) foi associada à de um imperador-cidadão capaz de conciliar liberdade com ordem. Indubitavelmente, o imperador D. Pedro II escolheu atuar politicamente como um árbitro, escolhendo sempre a via média entre os extremos.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise de discurso**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2004.
- BRANDÃO, Helena H. **Analisando o discurso**. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2005 (Texto digitalizado no Portal do Museu da Língua Portuguesa).
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CALMON, Pedro. **O rei filósofo: vida de dom Pedro II**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed.

<sup>18</sup> D.PEDRO II, registro no diário para 18 abr.1890, *apud* BARMAN, 2012, p. 359.

<sup>19</sup> Falas do Trono, 15 de Setembro de 1845 e 15 de Setembro de 1860.

<sup>20</sup> Falas do Trono 03 de Maio de 1848, p.430.

<sup>21</sup> Falas do Trono, 03 de Setembro de 1852, p.463.

<sup>22</sup> Falas do Trono, 01 Janeiro de 1850, p.440.

<sup>23</sup> Falas do Trono, 03 Maio de 1847, p. 514.

<sup>24</sup> Falas do Trono, 03 maio de 1858, p.522.

<sup>25</sup> Falas do Trono, 09 Maio de 1868, p.637.



UFMG, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários.** São Paulo: Três Estrelas, 2014.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** São Paulo: Ática 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. "Ethos, cenografia, incorporação". In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso – a construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema.** São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MERCADANTE, Paulo de Freitas. **A consciência conservadora no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo – antigo e moderno.** 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

MIGNOZZETTI, Umberto Garnier. **Apropriação dos modelos estrangeiros pelo Pensamento político brasileiro: os casos de Bernardo Pereira Vasconcelos, Marquês de São Vicente e Visconde do Uruguai.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas no Brasil.** São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Fallas do Throno:** desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1889.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. **O liberalismo francês: a tradição doutrinária e a sua influência no Brasil.** (Apresentação de Antônio Paim). Salvador-Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2012. Disponível em: [http://www.cdpb.org.br/estudos\\_destacados/liberalismo\\_frances\\_](http://www.cdpb.org.br/estudos_destacados/liberalismo_frances_)

vez.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

### **ANÁLISIS DEL DISCURSO DE DON PEDRO II EN HABLAS DEL TRONO (1840-1869)**

**RESUMEN:** El objetivo en este artículo es realizar un análisis discursivo de *Hablas del Trono*, tratando de identificar a través de la formación discursiva de Don Pedro II, evidencias del pensamiento ideológico y político del sujeto. Así, se pretende identificar en el discurso del emperador ocurrencias que señalen la subjetividad de sus pensamientos o un grupo social, si sus ideas tienden a ser conservadoras o liberales, así como evaluar la escenografía y su influencia en la construcción del ethos. El estudio, que ahora se presenta, tiene como fundamentación teórica el Análisis de Discurso, según la línea francesa, sobre la base de los postulados de Orlandi (2001), Brandão (2004), Maingueneau (2005) y Amossy (2005). El resultado de ese análisis será muy importante para entender cómo la escenografía contribuyó a legitimar un enunciado, convirtiéndose en un elemento activo y esencial en el proceso de construcción de la imagen de Don Pedro II en el discurso, así como para comprender el pensamiento político ideológico de ese contexto histórico. La investigación reveló en *Hablas del Trono* la repetición de los argumentos que Brasil sólo tendría éxito si se admitiera el sistema monárquico y que la moderación imperase en la resolución de los conflictos políticos. De esta manera, Don Pedro II exploró su imagen como emperador ciudadano, como sinónimo de civilización, integridad territorial y estabilidad institucional, con capacidad de reconciliar aspectos liberales y conservadores.

**PALABRAS CLAVE:** Análisis del discurso; Escenografía; Don Pedro II; Ethos; *Hablas del Trono*.